Outras condicionantes:

- Antes da construção, a população residente deverá ser informada da obra e da sua duração por afixação de aviso em locais públicos;
- As operações de manutenção dos equipamentos, a ocorrer *in situ*, devem ser efectuadas em local próprio, devidamente impermeabilizado e contemplando um sistema de recolha e tratamento de efluentes provenientes de eventuais derrames ou lavagens;
- Deverá estar previsto um local próprio, com condições adequadas para o armazenamento dos resíduos em obra, de forma a impedir a dispersão no ar de partículas e poeiras e escorrência e infiltração de lixiviados no solo;
- Deverá ser garantida uma correcta separação entre o solo removido dos locais de escavação e o entulho produzido;
- Após instalação do aerogerador, sinalizar os vértices do Parque Eólico e do aerogerador com a cota absoluta mais elevada;
- Na fase de construção, durante e após o tempo de vida útil do projecto, deverá o promotor proceder à desmontagem de todo o equipamento e à reposição da situação inicial;

Assim, desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como REN.

Determina-se:

No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público do projecto de ampliação do Parque Eólico de Caravelas, na freguesia de Borbela, concelho de Vila Real, que determinará a ocupação de 107 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional.

27 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*. — Pelo Ministro da Economia e da Inovação, *António José de Castro Guerra*, Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação.

Despacho conjunto n.º 673/2005. — Pretende a empresa EEVM — Empreendimentos Eólicos do Vale do Minho, S. A., realizar a implementação do parque eólico de Picoto e São Silvestre — que na realidade são dois parques: o de Picoto, em Paredes de Coura e Valença, com 11 aerogeradores, e o de São Silvestre, em Paredes de Coura, com 8 aerogeradores — nas freguesias de Porreiras, Ferreira e Taião, dos concelhos de Paredes de Coura e Valença, utilizando para o efeito, na fase de construção, 83 615 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional de Paredes de Coura, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/96, de 11 de Setembro, e na Reserva Ecológica Nacional de Valença, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/99, de 16 de Julho.

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Valença, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/94, de 7 de Setembro, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/98, de 6 de Março, e do Regulamento do Plano Director Municipal de Paredes de Coura, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/85, de 25 de Agosto, não obsta à realização da obra;

Considerando o parecer favorável emitido ao estudo de incidências ambientais;

Considerando o parecer emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza;

Considerando o parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;

Considerando as condicionantes decorrentes do estudo de incidências ambientais aprovado e as condicionantes expressas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a que a EEVM — Empreendimentos Eólicos do Vale do Minho, S. A., deverá dar cumprimento, nomeadamente:

- Interdita-se, desde a eventualidade de abertura de exploração de inertes, nova área em REN;
- O depósito de materiais sobranes também não pode acontecer em REN;
- O perfil transversal tipo a aplicar à melhoria ou abertura de novos acessos deverá apresentar taludes de escavação com

relação vertical (V)/horizontal (H) idêntica à dos taludes de aterro, ou seja, 1V:2H;

A extensão de caminho novo a abrir (cerca de 1480 m) deverá gerar uma plataforma tal cuja largura seja a estritamente necessária à execução da obra, devendo ser equacionado o seu redimensionamento (redução dessa largura) na fase de exploração da obra;

A camada superficial do solo, sendo terra vegetal, não deverá ser conduzida a depósito juntamente com a restante, mas armazenada *in loco* em pargas, devidamente saneadas, para posterior recobrimento das áreas intervencionadas a recuperar;

Os taludes dos acessos deverão apresentar sempre declives inferiores a pelo menos 15 %, e nunca na ordem de valores apontada no estudo de incidências ambientais (30 %);

Deverá ainda entregar na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, antes do início da obra, a seguinte documentação:

- O projecto de execução dos dois parques eólicos (torres a implementar, subestação e edifício de comando), bem como das linhas de ligação à REN;
- O caderno de encargos ambientais da obra, onde seja patente a transposição e aplicação das medidas de minimização constantes do estudo de incidências ambientais, bem como de todas as outras que eventualmente venham a ser necessárias, de acordo com as exigências decorrentes do projecto de execução a elaborar;
- O plano de recuperação e integração paisagística definitivo, incluindo memória descritiva, caderno de encargos da empreitada, peças desenhadas com eventuais planos de plantação e sementeira a implementar, orçamentação e cronograma;
- O cronograma geral da obra;
- A comunicação formal à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte da data de arranque da obra;

Desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e a consequente autorização de utilização dos solos classificados como REN.

Assim, determino, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 161/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, que seja reconhecido o interesse público do projecto de implementação dos parques eólicos de Picoto e São Silvestre, nos concelhos de Paredes de Coura e Valença.

27 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*. — Pelo Ministro da Economia e da Inovação, *António José de Castro Guerra*, Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação.

Despacho conjunto n.º 674/2005. — Pretende a empresa Parque Eólico do Vale do Abade, L.^{da}, promover a construção do parque eólico da Azinheira, no Alto do Viso, nas freguesias de Rego e Caçarilhe, concelho de Celorico de Basto.

O projecto consiste na implantação de oito aerogeradores, com uma potência unitária de 1750 kW e altura de torre de cerca de 100 m, sendo que, no estudo de incidências ambientais elaborado, foi apresentada, como alternativa aos oito aerogeradores, a consideração da instalação de seis aerogeradores de potência superior ou de nove aerogeradores de potência inferior (1500 kW).

A implantação do parque eólico implicará também a construção de um edifício de comando/subestação, onde se localizará o equipamento de comando e contagem, e uma zona de gabinete e armazém.

A ligação entre os aerogeradores e o edifício de comando/subestação será feita por cabos subterrâneos instalados em vala, enquanto a ligação do parque eólico à rede receptora será feita por uma linha aérea a 60 kV, já existente.

Para o efeito, serão ocupados 6250 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/96, de 22 de Outubro.

Considerando as reconhecidas vantagens ambientais da utilização de energias renováveis;

Considerando os objectivos nacionais de incentivo à valorização de energias renováveis e as metas assumidas com a União Europeia para o período até 2010 nesse âmbito;

Considerando que as disposições do Regulamento do Plano Director Municipal de Celorico de Basto, ratificado pela Resolução do